

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT11.030

PROPOSTAS PARA UM ENSINO INCLUSIVO EM ENSINO DE HISTÓRIA.

Carla Renata Vieira Rodrigues¹

RESUMO

O e-book aqui apresentado é um material de apoio que propõe viabilizar a construção de conhecimento histórico em sala de aula de forma inclusiva, coletiva e interdisciplinar, possibilitando que o(a) professor(a) interaja com os todos os estudantes por meio da problematização de fontes históricas e da utilização de recursos didáticos variados. Trata-se de um conjunto de atividades pensado a partir de condições concretas do trabalho em sala de aula, de modo a ser adaptado em qualquer ambiente escolar, explorando os conteúdos abordados no livro didático do componente de História ao longo do ano letivo. As sequências didáticas respeitam a diversidade de possibilidades para as aulas de cada professor(a), como se verificará pela variedade de materiais e recursos sugeridos para a realização das atividades propostas. O material que apresento tem como público-alvo os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental anos finais, uma vez que o tema central é a linguagem e as formas de expressão de algumas civilizações da História Antiga. Espero que esse trabalho inspire os(as) colegas docentes a realizar novas experiências, principalmente visando a Educação Inclusiva, nesta intensa jornada que é o ensino de História comprometido com a formação cidadã e com a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e solidária.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Ensino de História, História Antiga, Educação, Sequências Didáticas

1 Mestra em Ensino de História pela UFRN (2020), Pós-graduada em AEE e Educação Especial pela Faculdade Única de Ipatinga – FUNIP (2020), Graduada em História pela UFC (2010), Professora Efetiva de História da Prefeitura Municipal de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará. Email: renatavrevo@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Considerando a importância da linguagem na mediação das relações humanas, o objetivo destas sequências de atividades é utilizar práticas de linguagem historicamente diversificadas para estimular a comunicação, interação e integração entre alunos de escolas que possuem crianças e jovens portadores de necessidades educacionais especiais em seu corpo discente.

Com isso, desejo que haja a promoção de uma educação inclusiva a partir da construção de valores, tais como solidariedade, empatia e respeito, buscando sempre o diálogo entre todos os seus discentes e, assim, efetivar a cidadania no chão da sala de aula e demais espaços da sociedade.

Para que entendam o que isso significa, é necessário falar um pouco sobre o porquê deste caderno ter uma proposta inclusiva, ou seja, que abrange todos os estudantes, e não somente aqueles que são público-alvo da Educação Especial. Na dissertação em que registrei os estudos e reflexões que fundamentam este material, verifiquei que a Educação Especial se caracteriza por ser uma política pública direcionada às crianças e jovens com deficiências, altas habilidades/superdotação, transtorno global do desenvolvimento etc. Por seu turno, a Educação Inclusiva é uma política pública direcionada a todos os indivíduos que têm necessidades educacionais especiais.

Embora a Educação Inclusiva contemple as crianças com deficiências, altas habilidades/superdotação, transtorno global do desenvolvimento etc., não se restringe a elas. Isso porque, em algum momento da escolarização, qualquer criança pode apresentar dificuldade de aprendizagem, sobretudo quando integra grupos historicamente marginalizados e excluídos (por fatores socioeconômicos, étnicos, linguísticos etc.), que enfrentam dificuldade em ter acesso não somente à educação, mas também a outros direitos sociais.²

Portanto, apresento este trabalho com o intuito de ser uma tentativa de aproximação a essa proposta inclusiva. Isso significa que, embora haja preocupações com estudantes que possuam deficiências, o objetivo maior é fazer com que todos os alunos compreendam as diferenças, de maneira a reconhecê-las

2 Para um maior esclarecimento sobre esse debate, sugiro a leitura do capítulo 1 da dissertação, bem como entender parte dessa discussão presente no texto das autoras Cláucia Honnef; Fabiane Vanessa Breitenbach e Fabiane Adela Tonetto Costas "Educação Inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da declaração de Salamanca no Brasil", publicado pela Revista Ensaio: aval, pol, públ, Educ. (2016).

como algo positivo, estimulando a inserção de todos na comunidade escolar, contribuindo, dessa forma, para a formação cidadã.

Para promover uma educação inclusiva que esteja preocupada com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, as questões relacionadas à linguagem tornam-se particularmente importantes, pois, no geral, esses alunos têm dificuldade de comunicar-se dentro do contexto escolar.³

Para ser possível dimensionar o impacto desse problema e dos desafios que o envolvem, elaborei questionários, que foram aplicados em minha escola, e estudei alguns autores que debatem o tema.⁴

Percorrendo esse caminho, percebi que a comunicação é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais, que tendem a ficar isolados e manter pouco contato com os outros estudantes no contexto escolar.

Tendo em vista esse desafio, este documento tem como finalidade promover inclusão por meio da linguagem, buscando possibilitar o diálogo entre as diversas áreas de conhecimento, em uma perspectiva interdisciplinar, pois acredito que todas elas, e aqui destaco as licenciaturas em especial, devem mobilizar seus conhecimentos no trabalho com esse público em sala de aula.

Ou seja, acredito que nenhum componente curricular pode se abster de se preocupar com esses alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, uma vez que o objetivo de promover formação cidadã nos exige assumir o compromisso de experimentar práticas de ensino inclusivas.

A escolha pelo público-alvo do 6º ano do Ensino Fundamental justifica-se pela minha própria prática didática com esses alunos, haja vista que já leciono há bastante tempo para essa série e sinto-me familiarizada com as suas dificuldades e problemas. Ao longo dos anos em que tenho exercido a docência, tenho realizado diversas experiências de ensino-aprendizagem as quais me habilitaram a construir conhecimento qualificado acerca deste tema, considerando as características dos discentes que cursam essa série, em específico.

3 Este estudo utilizou como base um questionário aplicado com 325 alunos da escola EMEIEF José Martins Rodrigues, a qual lectionei, e que trouxe à tona questionamentos acerca da problemática da linguagem e comunicação mesmo dentro de uma escola considerada inclusiva. O questionário encontra-se anexo ao fim minha dissertação. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31797>. Acesso em 11 de out. 2024.

4 Para mais informações sobre este assunto, conferir: TAKASE, Érica Mayumi; CHUN, Regina Yu Shon. Comunicação e inclusão de crianças com alterações de linguagem de origem neurológica na perspectiva de pais e educadores. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 16, n. 2, p. 251-264, mai./ago. 2010.

Além dessa condição, sei, com base estudos já realizados⁵, que essa etapa de ensino é uma das mais desafiadoras para os profissionais de educação, constituindo-se como um momento-chave em que a mudança na dinâmica da rotina escolar, com múltiplos professores e componentes curriculares, tende a contribuir para as muitas reprovações, sendo também um momento de transição entre a infância e a adolescência, implicando mudanças físicas e emocionais. Apesar dos desafios, escolhi direcionar a atenção para os alunos do 6º ano por acreditar que, já que estão começando uma nova fase de ensino, esse também é o período ideal para construirmos as bases de novos conhecimentos que serão fundantes para a formação cidadã.

Então, para o processo de formação dessas crianças, fazer esse investimento de reconhecimento e valorização da diversidade no 6º ano é uma opção estratégica. Esses estudantes estão começando uma nova etapa e, se aprenderem desde então a ter outro comportamento frente aos colegas com particularidades e necessidades diversas, esperamos que no desenrolar do Ensino Fundamental e Médio sigam de maneira mais exitosa o processo de convivência social sem preconceitos e sem práticas de bullying, com a diversidade sendo considerada como algo positivo, que deve ser reconhecida e respeitada dentro e fora da sala de aula.

Logo, este e-book é uma síntese e uma forma de agrega estas possibilidades, buscando sempre promover a igualdade e a valorização das diferenças.⁶ Partindo do princípio de que o processo de comunicação ocorre em todas as civilizações e que o ato de comunicar-se é inerente ao ser humano, seja por meio de imagens e símbolos, seja por meio de uma língua escrita, sabendo ainda que os alfabetos são legado de diversas culturas, foi elaborado este caderno de estudo, estruturado na forma de sequências didáticas, para ser trabalhado durante o ano letivo, possivelmente utilizando uma temáticas por semestre, na medida em que você, profissional, esteja tratando dos assuntos sugeridos. Para ajudar os colegas nessa empreitada, também trouxe leituras complementares

5 Sobre este assunto, conferir: SANTOS, Almir Carlos dos. Fracasso escolar de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental. Escola José Augusto Barreto – JAB. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2013. Anais [...]. Araraquara: UNESP, 2013, p. 1-25. (Tema: Aproximando agendas e agentes).

6 Para compreender melhor esta escolha e análise, conferir o item 3 – Plano, que especifica e justifica o formato da dissertação.

que vão agregar conhecimento e capacitá-los para executar as propostas aqui apresentadas.

Este material síntese aborda as seguintes formas de comunicação: pintura rupestre e escrita romana.⁷ A escolha por essas formas de expressão deu-se pela preocupação em apresentar uma proposta articulada ao currículo de História, pois a escrita como forma de linguagem social é um dos temas presentes entre os objetos de aprendizagem do 6^a Ano, conforme proposto na versão homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Entre as habilidades a serem desenvolvidas, a BNCC requer que os alunos identifiquem os princípios norteadores da produção do conhecimento histórico e aprendam sobre contextos históricos específicos recorrendo a diferentes linguagens, sendo a escrita uma das principais formas de registro da experiência humana na História, o que reforça a validade da proposta.

Nos livros didáticos, a temática da escrita e linguagem está estreitamente associada ao estudo das civilizações antigas, assunto que tradicionalmente já era abordado no 6^o Ano. A perspectiva de conhecer sociedades tão distintas e distantes, no tempo e no espaço, também torna esse um momento propício para investir fortemente junto aos alunos nas discussões acerca da diversidade, facilitando a utilização de sequências didáticas sugeridas, sem a necessidade de sair do seu conteúdo programático e planejamento anual.

A proposta, portanto, é agregar novas experiências de abordagem ao currículo escolar ao qual você, professor, está familiarizado, somando novas possibilidades de trabalho com assuntos aos quais já está acostumado a trabalhar em sala de aula, abordando, no entanto, uma perspectiva interdisciplinar, por meio da utilização de uma linguagem lúdica e acessível para os estudantes.

A fim de viabilizar a prática da educação inclusiva no nosso contexto atual, proponho a aplicação do método histórico, de modo que possamos construir conhecimento coletivamente em sala de aula, por meio da investigação de fontes e recursos didáticos diferenciados. Acredito que, dessa forma, contribuiremos para a formação de cidadãos conscientes de seu papel social, de modo que sejam capazes de entender a diversidade como um valor a ser defendido e respeitado em nossa sociedade. Vamos então às sequências didáticas:

⁷ Para um melhor aprofundamento dos temas e propostas didáticas, incluindo todas as sequências escritas e demais textos complementares para trabalho do professor tais como: pintura rupestre, escrita cuneiforme, escrita hieroglífica, escrita fenícia, escrita grega e escrita romana, sugerimos a leitura da dissertação da autora para posterior aprofundamento.

PROPOSTA 1: PINTURA RUPESTRE

A comunicação é um aspecto essencial das relações entre os seres humanos, e algumas civilizações antigas deixaram legado para nossa sociedade com diferentes registros de suas experiências, de valor incalculável. Os registros mais remotos são as pinturas rupestres. Alguns pesquisadores acreditam que os seres humanos pintavam para favorecer a caçada de animais, como uma espécie de ritual; existem aqueles que creem que os registros foram feitos para apreciação, por amor à arte; outros, por sua vez, atribuem às inscrições significados religiosos.

É importante destacar que o surgimento das pinturas rupestres é indicativo da complexidade da linguagem, desenvolvimento da expressão simbólica e intensificação da interação entre os membros do grupo. Como todo registro histórico, as pinturas rupestres nos permitem construir conhecimento sobre como se organizavam os povos que viveram há milhares de anos.

OBJETIVOS

- Problematizar o conceito de pré-história a fim de perceber que os povos ágrafos desenvolveram outras formas de comunicação, evidenciando a importância dos diversos modos de expressão para as relações sociais;
- Proceder a análise de pinturas rupestres com o fim de valorizar essa forma de registro, viabilizando a compreensão de que as fontes não escritas são igualmente importantes para o estudo das experiências dos seres humanos no tempo, além de ressaltar que todas as conquistas e descobertas desses sujeitos são também expressão de cultura e conhecimento;
- Evidenciar a importância dos vestígios arqueológicos como patrimônio da humanidade e debater com os alunos acerca da importância da preservação do patrimônio histórico brasileiro em todas as regiões do país;
- Estimular a produção do conhecimento referente à expressão artística com a elaboração de pinturas rupestres a partir da observação e análise de imagens contidas nos livros didáticos.

METODOLOGIA:

1. Para iniciar, explore imagens de pintura rupestre que os alunos podem localizar no livro didático. Promova um debate informando-os que se trata de vestígios do passado. A seguir, pergunte: para que servem as pinturas? O que mais chamou a atenção? O que devem representar? Em que período foram feitas? Já ouviram falar do período histórico a que elas se referem? Sabem onde ficam os locais indicados? Por que esses povos desenhavam em pedras: para mostrar a caça, marcar um caminho ou desenhar a forma como viviam? Estimule os alunos a formularem hipóteses para responderem a essas perguntas, explorando a observação da imagem, as informações do livro e os conhecimentos prévios dos alunos, conduzindo o debate no sentido de incentivá-los a participar ativamente da aula. É a partir desse debate inicial que eles serão motivados a refletir sobre a importância da linguagem e da comunicação para a vida social, assim como a problematizar o conceito de pré-história, cujo caráter eurocêntrico deve ser explicado aos alunos.
2. Neste momento, é interessante ressaltar que, mesmo possuindo características sociais distintas, povos antigos em diversas regiões do mundo, em épocas diversas, realizaram essas pinturas. A diversidade dessas produções é uma das maiores contribuições para que hoje possamos entender melhor como era a vida dessas pessoas e quais suas formas de enxergar o mundo. Aqui há a oportunidade de mostrar que a língua escrita nem sempre foi a principal forma de comunicação dos povos, e que, por meio do estudo aprofundado de vários profissionais, a cultura dos povos antigos pode ser conhecida e valorizada como patrimônio da humanidade. Ou seja, por meio desse debate, é possível promover o reconhecimento e a percepção positiva das diferenças, aprendizados fundamentais para a reflexão sobre a relação da turma com os colegas portadores de deficiência.
3. O debate pode prosseguir a partir da observação e análise de outras pinturas rupestres, de lugares e épocas diferentes, muitas vezes encontradas no próprio livro didático. Uma atividade viável é propor que os alunos comparem e observem as diferenças e semelhanças, e, a partir daí, elaborem hipóteses sobre o que elas significam (sempre sendo orientados pelo professor na busca por essas respostas).

4. Para dar prosseguimento ao estudo, peça aos alunos que pesquisem em casa, se possível, o site da Fumdam – Fundação Museu do Homem Americano. Nessa página virtual, eles podem ter acesso a vídeos, imagens e informações acerca do maior sítio arqueológico existente no país, conhecendo a história e a geografia desse lugar, mesmo que de forma não-presencial. E, após essa visita inicial, apresente, em sala, imagens e entrevistas com a historiadora Niéde Guidon ao abordar seu trabalho junto à fundação. No fim dessa proposta, na seção “para saber mais”, sugere-se consultar outra página eletrônica em que a estudiosa conta um pouco de sua trajetória e do esforço para a preservação do sítio arqueológico em São Raimundo Nonato.
5. É importante pedir aos alunos que pesquisem informações sobre os materiais usados para realizar essas pinturas (como objetos utilizados para realização os desenhos e formas de obter as tintas), e, no retorno à sala, conversar com eles sobre como, atualmente, podemos reproduzir essas técnicas para produzir imagens. Nessa retomada, é necessário debater as especificidades dos vestígios encontrados em território brasileiro, podendo citar, como exemplo, as pinturas que existem no Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí. Nesse momento, é preciso assegurar que eles entendam a importância desses vestígios para o estudo do passado e reconheçam a importância dos esforços de pesquisadores, como Niéde Guidon e sua equipe, para preservar essa parte da história do país. Como forma de promover o protagonismo juvenil e a tomada de posicionamento pautada em princípios éticos e democráticos, pergunte o que pode ser feito, na opinião dos estudantes, para preservar os sítios arqueológicos que nos permitem conhecer parte da história dessas regiões.
6. Dando continuidade ao trabalho, separe a turma em grupos de 3 ou 4 alunos e inicie o processo de confecção do material para as pinturas rupestres, que pode ser elaborado de várias formas. As informações seguem no fim da sequência didática, e é essencial que se escolha uma proposta que se adeque às condições de sua sala de aula. É interessante levar algumas imagens para que os alunos possam observar e usar como referência de estilo na hora de elaborarem suas representações. Estimule os alunos a registrar aspectos de suas vidas, sejam momentos excepcionais – como festas e comemorações –, sejam cenas do cotidiano.

7. Após a realização dos desenhos, finalize a atividade com a condução de uma exposição das pinturas realizadas pelos alunos. Nesse momento, os estudantes devem apresentar suas respectivas pinturas explicando a sua experiência. O professor deve aproveitar a oportunidade e realizar a avaliação dos estudantes. Para os alunos com deficiências auditivas, peçam que façam essa apresentação utilizando a Libras e realizando a tradução simultânea através do intérprete, para que eles se sintam mais confortáveis em expor suas ideias e compreensões sobre o tema. Nessa exposição, eles podem problematizar também o trecho da Constituição Federal de 1988 que segue abaixo (já previamente debatido e estudado pelo professor e alunos em sala de aula), de modo que os visitantes percebam que existe uma lei para garantir que os patrimônios materiais e imateriais sejam preservados em todo país.
8. Sugerimos que as exposições sejam acompanhadas do texto em formato Braille e cartaz com descrição audiovisual, dando conta não apenas do texto, como também da descrição do suporte, para alunos que tenham baixa visão ou deficiência visual.

Trecho da Constituição Brasileira de 1988

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Fonte: BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

LEITURA COMPLEMENTAR PARA VOCÊ, PROFESSOR:

“Consideradas elementos comunicativos e educativos, as pinturas rupestres estão impregnadas de história da humanidade. Por suas características, os cientistas (arqueólogos e antropólogos) chamam de Tradições os conjuntos dessas pinturas com igualdade e/ou similaridade. Das muitas conhecidas no Brasil, esta pesquisa preocupou-se em estudar a Tradição Nordeste. As pinturas rupestres, um dos registros da história social dos habitantes de seis a 12 mil anos atrás, expunham costumes e práticas cotidianas, permitindo que outros grupos ou as gerações seguintes do próprio grupo reutilizassem as informações ali contidas.

A realização de uma pesquisa multidisciplinar (comunicação, antropologia, arqueologia, história, entre outras) mostrou-nos que as pinturas rupestres foram o despertar artístico humano e não ocorreram somente no Velho Mundo, como costuma ser divulgado nas enciclopédias de arte. Apresentando cenas do cotidiano (caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, namoro, ritos) plasmas nas rochas, as pinturas rupestres tinham várias funções e revelam que a vida diária dos primeiros ocupantes do país era muito dinâmica. Portanto, elas são fontes de muitas informações e indicativos de que houve história, educação, sociabilização, comunicação e religiosidade desde sempre na história humana. Por isso, graças as suas datações e/ou dos contextos de seus processos de produção, acreditamos que é possível “recuar” para muito antes de 1500 a história do espaço hoje conhecido como Brasil.

As pinturas rupestres funcionavam como uma forma de transmissão integrada dos conhecimentos acumulados de uma dada cultura. As rochas serviam como uma espécie de “lousa” para as populações que as produziam, mostrando práticas mantidas ao longo do tempo. Por meio delas, os grupos intercambiavam informações, o que lhes possibilitava desfrutar das condições reais de vida”.

Fonte: JUSTAMAND, Michel. O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato Piauí. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MATERIAIS NECESSÁRIOS:

- Pedras (Se não houver, pode ser tijolo branco, papel ofício, tecido, cartolina etc.);

- Tinta guache, giz de cera, folhas de urucum e outras plantas para fazer tintas naturais;
- Pincel pequeno ou utilizar a própria mão dos alunos como instrumento;
- Tesoura; – Papel de jornal; – Spray de revestimento; – Imagens de pinturas rupestres.

DICA DE COMO FAZER:

O site **Um como** apresenta uma maneira bem simples de fazer pinturas rupestres com as crianças. A autora, Sara Viega, dá dicas dos materiais que se deve utilizar, tais como: pedras, ou outros materiais rupestres, tinta, tecidos, tesoura, papel de jornal e spray de revestimento. Fala ainda qual a metodologia aplicada por ela para realizar tal atividade.⁸

No site **Terra de Lund**, Cinthia Camargo exibe um roteiro de aulas, para o público do 1º ao 6º ano, que favorece o trabalho com essa temática. Utiliza materiais diferentes da 1ª opção sugerida, tais como: cartolina branca, giz de cera de várias cores, tinta nanquim preta, pincel, clips, ou agulha grossa, e cola branca.⁹

PARA SABER MAIS:

No Ceará, também existem sítios arqueológicos muito importantes e que contém acervos preciosos acerca da pré-história brasileira. É importante aproveitar a oportunidade para questionar, junto aos estudantes, se preservamos e expomos suas ricas histórias como deveríamos.¹⁰

8 Ver mais em: VIEGA, Sara. Como fazer pinturas rupestres. Um como, São Paulo, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://artes.umcomo.com.br/artigo/como-fazer-pinturas-rupestres-322.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

9 Ver mais em: CAMARGO, Cinthia. Pintura Rupestre. Terra de lund, [S. l., s. d.]. Disponível em: <https://terradelund.com.br/arterupestre>. Acesso em: 15 jan. 2020.

10 Sugerimos a visita a estes sites para maiores referências sobre o assunto: ver mais em: **Site do Iphan**. Patrimônio Arqueológico – CE. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ce/pagina/detalhes/542>. Acesso em: 10 dez. 2020. Ver mais em: **Site do GeoPark Araripe** contendo informações sobre os vários sítios arqueológicos localizados na Região do Cariri no Ceará. Disponível em: Geopark Araripe (urca.br). Acesso em 10 dez. 2020.

O site **Arte na rede** contém entrevistas com a historiadora Niéde Guidon sobre sua vida dedicada à preservação do sítio arqueológico em São Raimundo Nonato e sua dificuldade em conseguir fazer o seu trabalho atualmente.¹¹

Site da **Fundação Museu do Homem Americano – Fumdham**, que foi criada para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural do Parque Nacional Serra da Capivara. Entendida como uma entidade civil, sem fins lucrativos, declarada de interesse público pelo governo brasileiro, realiza atividades científicas interdisciplinares, culturais e sociais. Nesse local, teremos acesso a vídeos e informações acerca do parque e do trabalho em busca de conservação e pesquisa das pinturas rupestres.¹²

No site **Turomaquia**, Patricia de Camargo relata a história de 18 cavernas pré-históricas na Espanha, em especial a Caverna de Altamira, declarada patrimônio da humanidade em 1985. Nesse local, está também o Museu de Altamira. O site, inclusive, armazena alguns vídeos os quais exibem o interior do museu.¹³

No site do Museu de Arqueologia Nacional, do Ministério da cultura francesa, há a apresentação de pinturas rupestres do lugar e suas especificidades, incluindo um vídeo com visita guiada, do Complexo de Cavernas de Lascaux, na França.¹⁴

PROPOSTA 2: ESCRITA ROMANA

A Roma Antiga situava-se inicialmente na Península Itálica, tendo em sua fundação aspectos mitológicos já bastante comentados nos livros didáticos, que dividem sua história política em três períodos: Monarquia, República e Império. Foi nesse espaço que se originou o Latim – língua mãe do português, italiano,

11 Ver mais em: BELTRÃO, Catherine. Niéde Guidon: a saga da Serra da Capivara. Arte na rede, São Paulo, 19 jul. 2015. Disponível em: <http://artenarede.com.br/blog/index.php/niede-guidon-a-saga-da-serra-da-capivara/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

12 Ver mais em: FUMDHAM. Fundação Museu do Homem Americano. João Costa, Coronel José Dias, São Raimundo Nonato, Brejo do Piauí, 2020. Disponível em: <http://fumdham.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

13 Ver mais em: CAMARGO, Patricia de. Altamira: a arte chocante dos homens das cavernas. Turomaquia, [S. l.], 22 out. 2013. Disponível em: <https://www.turomaquia.com/altamira-a-arte-chocante-dos-homens-das-cavernas/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

14 Ver mais em: MINISTÈRE DE LA CULTURE. Lascaux. Musée d'Archéologie Nationale. França, 2020. Disponível em: <https://archeologie.culture.fr/lascaux/fr?lng=fr>. Acesso em: 15 jan. 2020.

francês e espanhol – e o Direito romano – que serviu de base para a criação da justiça e de uma série de códigos civis de muitos países, incluindo o Brasil.

Ressalta-se a importância da educação para a formação do cidadão romano, visto que ela perpassa toda a construção de códigos de leis para mediar os conflitos e assegurar os direitos das pessoas, princípio ainda hoje fundamental em nossa sociedade. Essas contribuições há séculos vêm sendo supervalorizadas pela cultura erudita, e por isso tornaram Roma uma civilização bastante conhecida no mundo Ocidental, cuja escrita é baseada no alfabeto grego. Os romanos adaptaram a sua língua e passaram a usar apenas 21 letras.

OBJETIVOS:

- Problematizar o Direito Romano como forma de construção de cidadania coletiva e participação popular. Especificamente, deve-se focar a formação do seu povo para a cidadania, a importância da escola e o conhecimento de nossos direitos reconhecidos legalmente;
- Compreender a civilização romana como parte de um legado de direitos construídos socialmente, com destaque para a criação de um código de leis escritas que influenciou o mundo Ocidental por séculos;
- Mostrar como a civilização romana e suas formas de registro possibilitaram vasto conhecimento sobre sua herança cultural;
- Discutir com os alunos formas de participação cidadã no contexto escolar e na sociedade no geral;
- Possibilitar a construção da escrita romana em pergaminhos caseiros, elaborados por alunos, para que possam ter um maior contato com esse material e variadas formas de atividades artísticas.

METODOLOGIA:

1. Tendo em vista que os estudantes veem flagrantes de desrespeito aos direitos de cidadania todo dia, principalmente no lugar em que vivem, inicie esta aula com um debate sobre temas, como: a falta de estrutura de saneamento e higiene onde moram, a violência etc. O ideal é que você, professor, conduza o debate de modo que eles percebam a importância de conhecer os direitos e questionar sobre como conhecê-los, de modo a verificar se eles veem a escola e a educação como

- meio de acesso a conhecimentos sobre os direitos de cidadania. Então, só depois dessa fase inicial deve-se tratar a herança romana.
2. Apresente a região da Península Itálica aos alunos por meio de mapas que aparecem nos livros didáticos ou em sites da internet. É importante que eles conheçam essa área geograficamente, que se trata de mais uma civilização banhada pelo Mar Mediterrâneo. Essa informação ajuda a reforçar a ideia de aquele espaço como propício a trocas e influências múltiplas e que, por essa razão, proporcionaram o surgimento do alfabeto latino, em 114 a. C., como uma adaptação do alfabeto grego.
 3. Fale, a partir disso, os aspectos gerais dessa sociedade, incluindo o alfabeto romano em tamanho maior (disponibilizado abaixo), e debata com os alunos acerca da similaridade com o alfabeto português e como isso se deu ao longo do tempo. O professor pode dizer ainda que essa escrita é responsável pela inspiração do alfabeto da maioria dos países europeus e latino-americanos, e foi decorrente da expansão do império romano ainda na Antiguidade como também durante as Grandes Navegações. Fale com os alunos acerca de outras consequências que esse legado romano trouxe para o mundo Ocidental, como a arquitetura romana, a engenharia, o Direito Romano etc.
 4. Em uma outra aula, converse com eles somente sobre a criação de direitos. É interessante ressaltar que os aspectos socioculturais da civilização romana contribuíram para que a desigualdade social existente fosse contestada em vários momentos da história. Houve a criação dos códigos escritos, inicialmente a Lei das Doze Tábuas, exigidas pelos plebeus, o que, posteriormente, gerou a base do Direito Romano e da justiça, utilizado para códigos civis de maneira mundial atualmente.
 5. Debata ainda que essa participação social só é possível por meio de um conhecimento acerca do que é cidadania. Ressalte com os alunos o quanto é necessário debater acerca dos direitos e garantir a cidadania para que se tenha vida digna e respeitável. Tomando como exemplo a sociedade romana, embora fosse desigual e aristocrática, a luta de classes sociais menos abastadas gerou condições para que alguns direitos pudessem ser legalmente reconhecidos, promovendo reformas social e política.

6. Reflita com os alunos acerca do entendimento sobre algumas frases da Lei das Doze tábuas, presentes no livro de Pedro Paulo Funari (2002), as quais são: “quem tiver confessado uma dívida, terá trinta dias para pagá-la” (p. 68); “quando um contrato é firmado, suas cláusulas são vinculantes, devendo ser cumpridas” (p. 68); “se um patrão fraudar um cliente, que seja amaldiçoado” (p. 68); “a justiça é a vontade constante e permanente de dar a cada um o que é seu” (p. 99); “o direito conduz os que querem e arrasta os que não querem” (p. 99). Importante debater com eles cada frase e ressaltar que alguns desses princípios ainda são adotados em nossa própria sociedade atualmente.
7. Em um outro momento, apresente aos alunos o trecho da Constituição que traz como fundamento principal do nosso país a cidadania e que afirma que todo o poder vem do povo. Converse com os alunos para saber quem é esse povo cuja lei máxima fala? Como nós, enquanto sociedade, podemos exercer esse poder e utilizá-lo para ampliar o acesso aos direitos de cidadania? Qual o papel da escola na formação cidadã das crianças e jovens? Os questionamentos devem induzi-los a perceberem o quanto a cidadania e o direito são importantes em nosso dia a dia, e como o povo, que somos nós, colaboramos ou não para que o acesso a esses direitos reconhecidos por lei efetivamente sejam alcançados.
8. Em uma outra aula, dialogue com os estudantes sobre existência de diferentes pessoas na sociedade que também precisam ter seus direitos de cidadania assegurados. Também converse sobre a Lei da Inclusão, de 2015, que se encontra na bibliografia. O professor pode debater com os alunos alguns trechos dessa lei e conversar sobre o motivo desse documento ser necessário na nossa sociedade.
9. Leve-os à sala de AEE da sua escola (se existir) e destaque que dispor de uma sala com esses recursos, com o objetivo de assegurar a qualidade da aprendizagem dos alunos portadores de deficiências, é um direito conquistado após muitas lutas e reivindicações.
10. Peça aos estudantes que observem os objetos de comunicações alternativas ou tecnologias assistivas existentes utilizados pelos colegas durante a aprendizagem no contraturno da escola. Se possível, proponha, em conjunto com os professores da sala, uma conversa com os estudantes sobre o que significa o AEE. Caso seja possível, confeccione

algumas dessas ferramentas mais simples (como um tapete tátil, por exemplo) para que percebam as diferentes formas de aprendizagem que podem existir. O objetivo é que reflitam que todos têm direito a ter uma aprendizagem e devem ser respeitados. É papel fundamental da escola proporcionar esse tipo de processo de conhecimento. Logo, essa pode ser uma forma de avaliá-los.

11. Uma outra proposta é separá-los em grupos de 3 ou 4 estudantes, entregar o material para confecção de pergaminhos. Além disso, os alunos podem utilizar as pedras para retratar a escrita romana (depende da realidade da sua escola), como também transcrever o trecho da Constituição para o papel. Destaca-se que adaptações devem ser realizadas para a participação de todos os alunos (desenhos, colagens, uso da reglete e pulsão, contação de histórias e tradução para a Libras são algumas delas) e para a compreensão e inclusão necessárias à atividade.
12. Ao final, organize um debate em sala acerca do tema, a partir da exposição do material elaborado pelos alunos, de modo que eles possam falar (incluindo a Libras e a tradução simultânea realizada pelo intérprete) sobre o que aprenderam com esta proposta. Lembre-se de que a avaliação dos estudantes será realizada de maneira progressiva por meio da participação nesta sequência de atividades.
13. Sugerimos que as exposições sejam acompanhadas do texto em formato Braille e cartaz com descrição audiovisual, dando conta não apenas do texto, como também da descrição do suporte para alunos que tenham baixa visão ou deficiência visual.

LEITURA COMPLEMENTAR PARA VOCÊ, PROFESSOR: TEXTO 1:

“NOÇÃO” DE DIREITO ROMANO

Podemos definir o Direito Romano como o “conjunto de normas jurídicas que regeram o povo romano nas várias épocas de sua História, desde as origens de Roma até a morte de Justiniano, imperador do Oriente, em 565 da era cristã”. Estudando a História da Educação em Roma, o historiador Marrou sublinha que, no campo do ensino jurídico, cessa o paralelismo entre as escolas gregas e latinas: “Abandonando aos gregos a filosofia e (ao menos por muito

tempo) a medicina, os romanos criaram com suas escolas de direito um tipo de ensino superior original.” Esta originalidade provém evidentemente do objeto desse ensino: o direito romano que, como acentua, ainda, Marrou, representa “o aparecimento de uma forma nova de cultura, de um tipo de espírito que o mundo grego não havia de modo algum pressentido”. É comum salientar-se que, enquanto a Grécia antiga notabilizou-se, entre outras características, pela vocação especulativa, cultora da idolatria da razão, que deu ao mundo ocidental a Filosofia, Roma, impregnada de um senso prático, criou um admirável ordenamento jurídico da sociedade, que reflete tão bem os traços marcantes do gênio romano: a gravitas (senso de responsabilidade), a pietas (expressão da obediência à autoridade tanto divina como humana) e a simplicitas (a qualidade do homem que vê claramente as coisas e as vê tais como são). Kaser atribui aos dotes do povo romano a magnitude e a importância do Direito Romano privado: “A magnitude do Direito Romano privado e sua importante missão histórica devem-se aos dotes do povo de Roma para o Direito, à sua constante atenção para com as realidades vitais e a um sentimento jurídico educado, depurado com o transcurso do tempo”. “Compreende-se a magnitude dessa criação original ao gênio romano quando se considera que o Direito Romano chegou a ser, na palavra de Jhering, “como o cristianismo, um elemento de civilização moderna”.

A LONGA VIGÊNCIA DO DIREITO ROMANO

As origens, a evolução e, finalmente, a reinterpretação e atualização do Direito Romano nas compilações justinianas no século VI P. C. abrangem um multissecular espaço de tempo em que os institutos jurídicos surgiram, desenvolveram-se e sofreram modificações, algumas tão profundas que os tornaram quase irreconhecíveis ou simplesmente extinguíram-nos. Compreende-se, assim, que o Direito Romano não ofereça em seu conjunto uma unidade monolítica. Como anota Margadant, frases como: “no Direito Romano encontramos a seguinte regra...” sugere falsamente uma unidade que não existe. A diversidade do Direito Romano encontra fácil explicação em numerosos fatores que, através do tempo, influíram direta ou indiretamente na estrutura dos institutos jurídicos. Essa vasta gama de fatores inclui desde os acontecimentos políticos, econômicos, sociais, religiosos que assinalaram as diferentes fases da História de Roma até a intensa atuação dos juriconsultos das mais diferentes épocas, o profícuo

trabalho dos pretores e as normas jurídicas emanadas de fontes tão diversas como os Comícios, o Senado e o Imperador”.

Fonte: GIORDANI, Mário Curtis. Iniciação ao Direito Romano. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris Ltda, 1996, p.1-2. Disponível em: <http://files.ibijus.webnode.com.br/20000003886495801/Iniciação%20ao%20Direito%20Romano.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MATERIAIS NECESSÁRIOS:

- Cartolina ou papel ofício;
- Café para envelhecer o papel;
- Tinta guache preta;
- Palito de dente, de unhas ou de churrasco;
- Pedras ou tijolo branco;

Alfabeto romano abaixo em tamanho maior:



Fonte: ROBERTO, Jose. Estilos de escritura moderna. Timetoast timelines, [S. l., s. d.]. 1 il. Disponível em: <https://www.timetoast.com/timelines/estilos-de-escritura-moderna-3d0fdcb2-42d5-4378-be-0c-2a4d5116b589>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Trecho da Constituição Federal de 1988:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - Garantir o desenvolvimento nacional; III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Fonte: BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020

DICA DE COMO FAZER:

- No site **Como Fazer Fácil**, há um passo a passo de como podemos fazer em casa folhas de papiro e pergaminho. A mídia disponibiliza todas as etapas dos processos de maneira facilitada e ajuda a escolher o melhor material de acordo com a sua realidade.¹⁵

Neste site, há um passo a passo de técnicas feitas de maneira artesanal para envelhecer papel. De forma didática e simples, apresenta como podemos fazer em casa um pergaminho e também outras ideias para o papel envelhecido.¹⁶

PARA SABER MAIS:

Na videoaula de 15 min, o professor Oto ensina acerca da civilização romana. De forma didática e fácil de compreender, apresenta imagens e apontamentos acerca da civilização citada.¹⁷

15 Ver mais em: WES. Como fazer um pergaminho e papiro caseiro. **Como Fazer Fácil**, [S. l., s. n.], 24 jul. 2017. Disponível em: <https://comofazerfacil.com.br/como-fazer-um-pergaminho-e-papirocaseiro/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

16 Ver mais em: **IDEIAS Personalizadas**: Diy – como fazer papel envelhecido (Pergaminhos e Rótulos Botter Charms – Old paper Medieval Scroll). [S. l., s. n.], 19 jan. 2015. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MVGHUjgfpwM>. Acesso em: 22 jan. 2020.

17 Ver mais em: **PRÓ UNIVERSIDADE Online**: História geral – Roma. [S. l., s. n.], 23 fev. 2016. 1 vídeo (16 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_U5_yx-FxtI.. Acesso em: 23 jan. 2020.

Apresentação da escrita romana e latina realizadas por alunos de um curso de Jornalismo utilizando uma técnica chamada de “Draw my History”, uma forma bem curtinha e simples de abordagem do tema em questão.¹⁸

Videoaula elaborada pelo professor Rossi acerca do Direito Romano. O docente aborda os aspectos gerais e a organização no período da realeza e da república. A aula foi elaborada com a finalidade de concursos.¹⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema tratado neste e-book ainda gera intensos debates dentro e fora dos meios acadêmicos e escolares. Não é algo simples, nem fácil, de ser debatido e trabalhado em sala de aula. Contudo, o acesso à educação inclusiva é um direito de todos os cidadãos e deve ser respeitado. É uma conquista de todas as pessoas, não somente daquelas que têm necessidades educacionais especiais. Todas almejam a cidadania plena, seja tendo acesso à saúde, seja ao trabalho ou, ainda, ao lazer, dignidade etc. É fato que a sociedade mudou, e queremos crer que estejamos caminhando para uma forma de ver o mundo onde a igualdade social (em todos os sentidos) seja um desses direitos assegurados. Quanto ao papel do espaço escolar nessa mudança, partilho da opinião da autora Cristina Lacerda (2006, p. 181) a qual nos diz que:

A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados. A escola, para além dos conteúdos acadêmicos, tem espaço para atividades esportivas, de lazer, de artes e de criação, nas quais poderiam conviver crianças com diferentes necessidades, desde que as atividades fossem preparadas e pensadas para isso.

Essa busca constante por contribuir para a construção desse espaço de conhecimento coletivo, que respeite e valorize as diferenças, é o que me incen-

18 Ver mais em: **JOR171M01 FAMETRO**: Origem da escrita romana. [S. l., s.n.], 15 set. 2017. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qoMdbN-RQw0>. Acesso em: 23 jan. 2020.

19 Ver mais em: **PROF. ROSSI**: História do Direito – Curtinha Direito Romano Part. 1. [S. l., s. n.], 01 nov. 2017. vídeo (11 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=coiZ2czrPzI>. Acesso em: 23 jan. 2020.

tiva, e constituiu a base para este caderno de atividades e a minha pesquisa. Espero que alcancemos o dia em que todos tenhamos os direitos respeitados. Seguimos em frente nesse caminho, pois é a busca por mudanças que move, cotidianamente, as ações de muitos sujeitos históricos e este caderno contribui para que façamos uma caminhada melhor a cada dia. Embarquemos juntos nesta jornada!

REFERÊNCIAS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania**. Edição reformulada, 6º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 23 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília-DF, dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 06 out. 2018.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **A Origem do Alfabeto**. Dalete, São Paulo. Disponível em: <http://dalete.com.br/saber/origem.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CORASSIN, Maria Luiza. **O cidadão romano na República**. Projeto História, São Paulo, n. 33, p. 273-274, dez. 2006. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/revph/article/view/2295/1389>. Acesso em: 17 jun. 2020.

DIANA, Daniela. **Origem do Alfabeto**. Toda Matéria, São Paulo, 23 mar. 2017. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/origem-do-alfabeto/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

ENDO, Tatiana Sechler. **A pintura rupestre da pré-história e o grafite dos novos tempos**. 2009. 12f. Monografia (Pós-Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação/ Universidade de São Paulo/ Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2009. p. 4-5. Disponível em: <http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/215-690-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FARIAS, Edinalva de Jesus. **A pintura rupestre para as artes visuais e para a história: contribuições para a aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental 2**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) – Universidade de Brasília; INSTITUTO DE ARTES – IdA, Cruzeiro do Sul Acre. 2017. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19840/1/2017_EdinalvaDeJesusFarias_tcc.pdf. Acesso em 15: jan. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Repensando a História).

GALERY, Augusto. **O que é (e o que não é) inclusão**. In: GALERY, Augusto. A escola para todos e para cada um. São Paulo: Summus, 2017.

GIORDANI, Mário Curtis. Iniciação ao Direito Romano. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris Ltda, 1996, p.1-2. Disponível em: <http://files.ibijus.webnode.com.br/2000000389486495801/Iniciação%20ao%20Direito%20Romano.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

JUSTAMAND, Michel. **O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato Piauí**. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 6 jan. 2020.

MELO, José Joaquim Pereira. **Estado Romano e instituições escolares.** Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 25, jan./jun.2008. p. 219-231. (Série – Estudos). Disponível em: <https://serieestudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/309/162>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SECRETARIA de Educação a Distância do MEC. **Do impresso à hipermídia.** Web Educ., Brasília-DF, [s. d.]. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/impresso/imp_basico/e1_assuntos_a1.html. Acesso em: 13 jan. 2020.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: A pré-história de nosso país.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdadados.org.br/sites/default/files/O%20Brasil%20antes%20dos%20brasileiros_%20A%20pre-história%20do%20nosso%20país%20-20André%20%20PROUS.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

RODRIGUES, Neidson. **Educação: formação humana à construção do sujeito ético.** Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 76, p. 232-257, out. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302001000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jul. 2020.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Conferência de Jomtien – 1990. UNICEF, Jomtien-Jamaica, 05-09 mar. 1990.